

SUMÁRIO

Título original:

The Middle East

(2000) *Years of History from the Rise of Christianity to the Present Day*

Tradução autorizada da primeira edição inglesa, publicada em 1995 por Weidenfeld & Nicolson, de Londres, Inglaterra

Copyright © 1995, Bernard Lewis

Copyright © 1996 da edição em língua portuguesa:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua México 31 sobreloja

20031-144 Rio de Janeiro, RJ

tel.: (21) 2240-0226 / fax: (21) 2262-5123

e-mail: jze@zahar.com.br

site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Cidjpu: Carol Sá

Fólios: Mesquita de Aya Sofya, Istambul.

Manifestação em apoio ao aiatolá Khomeini,

Teerã, janeiro de 1979.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Lewis, Bernard

L652o O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje/Bernard Lewis; tradução, Ruy Jungmann. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

Tradução de: The Middle East (2000 years of history — from the rise of Christianity to the present day)

Inclui bibliografia

ISBN: 85-7110-352-6

I. Oriente Médio — História. I. Título.

CDD — 956

CDU — 956

96-0433

Lista de mapas, 7

Lista de ilustrações, 9

Prefácio, 13

Parte I. INTRODUÇÃO, 15

Parte II. ANTECEDENTES, 31

1. Antes do Cristianismo, 33

2. Antes do Islã, 43

Parte III. O ALVORECER E O MEIO-DIA DO ISLÃ, 57

3. Origens, 59

4. O Califado Abássida, 79

5. A Chegada dos Povos das Estepes, 88

6. Conseqüências das Invasões Mongóis, 101

7. Os Impérios da Pólvora, 109

Parte IV. PERFIS, 125

8. O Estado, 127

9. A Economia, 146

10. As Elites, 165

11. O Povo, 187

12. A Religião e a Lei, 198

nadas, mesmo condenadas. Só recentemente vem ocorrendo um novo começo, uma renovação do interesse pelas idéias e práticas liberais, para as quais novas circunstâncias, em alguns países da região, podem finalmente fornecer um ambiente mais favorável.

Para as potências ocidentais e, talvez, em última análise, para os próprios habitantes do Oriente Médio, o resultado mais positivo do período da dominação anglo-francesa foi provavelmente a consecução do objetivo estratégico primário, como pode ser visto pelo papel da região durante a II Guerra Mundial. O grande serviço prestado pelo Oriente Médio ao Ocidente foi o fornecimento de bases e instalações de apoio à guerra contra o Eixo. E, em troca, o maior serviço do Ocidente ao Oriente-Médio foi salvá-lo da experiência direta do domínio do Eixo.

CAPÍTULO 19

Da Liberdade à Liberdade

A derrota do Eixo e a vitória das potências aliadas em 1945 não trouxeram paz imediata ao mundo. O avanço do Império soviético na Europa oriental e central e a retirada dos impérios coloniais ocidentais da Ásia e África geraram graves problemas nessas regiões. Tanto a perda quanto a obtenção de independência soberana reacenderam velhos ódios e criaram outros, com milhões de refugiados perdendo seus lares. O Oriente-Médio teve também sua parcela nas convulsões do pós-guerra e nas convulsões pós-imperiais. A paz na região era instável, contrafeita e freqüentemente interrompida por lutas contra inimigos internos e, em certa ocasião, externos. No todo, os problemas foram menos intensos e menos traumáticos do que os que acompanharam a imposição do domínio soviético na Europa central e oriental ou o fim do domínio britânico no sul e sudeste da Ásia. Os problemas do Oriente Médio, no entanto, embora de menores dimensões, tiveram maior intensidade e foram muito menos sensíveis a tratamento diplomático e soluções políticas.

Na região, como aliás no mundo ex-colonial, a principal questão de interesse público e, durante algum tempo, a única, foi a independência.

No rescaldo da I Guerra Mundial, três Estados da região, a Turquia, o Irã e o Afeganistão, exerciam plena e independente soberania e possuíam longa experiência em exercê-la. O período entre as guerras acrescentou quatro Estados árabes à lista, a Arábia Saudita, o Iêmen, o Iraque e o Egito. Os dois primeiros desfrutavam alto grau de independência não só teórica, mas também prática, ao passo que os dois últimos continuavam ligados a seus antigos governantes, tanto diplomaticamente, por tratados injustos, quanto militarmente pela presença de bases e forças britânicas no país. A partida forçada da França no Levante acrescentou a Síria e o Líbano à lista de Estados árabes soberanos. A "Liga dos Estados Árabes", fundada em março de 1945 pelo Egito, Iraque, Síria, Líbano, Arábia Saudita, Iêmen, incluía também a Transjordânia, embora esta última fizesse ainda, em princípio, parte do mandato britânico no território da Palestina. Um ano depois, em março de 1946, a Transjordânia, subseqüentemente renomeada como Jordânia, ganhou também a independência.

O principal objetivo de todos esses Estados era transformar a independência nominal em real mediante ab-rogação de tratados e eliminação da presença estrangeira. Retirando-se os impérios ocidentais de quase todas suas possessões, o processo foi concluído em princípios da década de 1950.

Simultaneamente, o processo era estendido ao resto do mundo árabe. A Líbia tornou-se independente em 1951, o Sudão, a Tunísia e o Marrocos em 1956, a Mauritânia em 1960, o Kuwait em 1961, a Argélia em 1962, o Iêmen do Sul (a ex-colônia e protetorado de Aden) em 1967, e os Estados do Golfo em 1971. Todos eles ingressaram na Liga Árabe. Alguns, notadamente o Iêmen do Sul e a Argélia, só adquiriram a independência após longa e violenta luta. Na maioria dos outros, a independência foi conseguida mais ou menos pacificamente, por negociações às vezes difíceis que terminaram em acordo.

Com exceção de Israel, fundado em 1948 com o término do mandato da Palestina, eram árabes todos os novos Estados que se tornaram independentes no período do pós-guerra. Essa situação mudou espetacularmente em princípios da década de 1990. Com o desmoronamento da União Soviética em 1991, os territórios transcaucasianos e da Ásia central, conquistados pelos czares no séc. XIX e conservados pelos soviéticos neste século, foram inesperadamente brindados com uma independência para a qual estavam mal preparados. Historicamente, todos esses países haviam feito parte ou sido dependentes do Oriente Médio. Dois deles, a Armênia e a Geórgia, eram cristãos, mas haviam sido súditos por muitos séculos de impérios muçulmanos, turcos ou persas. O resto, o Azerbaijão e as cinco repúblicas da Ásia central, era predominantemente muçulmano, falando línguas muito parecidas com o turco ou o persa e ligados por milhares de laços históricos, religiosos e culturais aos seus vizinhos ao sul, no Oriente Médio. Um deles, o Tadjiquistão, era persa em fala e cultura. Os outros quatro — Casaquistão, Uzbequistão, Quirguízia e Turcomenistão — falavam línguas aparentadas com a turca. A exceção dos cazaques, as diferenças entre essas várias línguas não era maior do que a existente entre os vernáculos falados nas terras árabes do Iraque ao Marrocos. Ao contrário dos árabes, os turcos não possuíam uma linguagem escrita padrão comum, mas o surgimento de um mundo de Estados turcos análogo ao mundo árabe, os quais haviam por tanto tempo dominado e, em grande parte, modelado a política do Oriente Médio, constituiu um fenômeno novo e portentoso. A experiência prévia desses novos Estados pouco preparo lhes dera para a obtenção ou exercício de liberdade nacional ou pessoal. E logo depois tornou-se claro que, a despeito do fim da União Soviética, o novo Estado russo ainda tinha preocupações e interesses nessas repúblicas e, em consequência, o desejo de manter alguma forma de presença na área. De muitas maneiras, parecia que o mundo turco estava prestes a reviver certas experiências do mundo árabe algumas décadas antes, quando se libertou de seus senhores imperiais.

Os problemas políticos da região, no entanto, não acabaram com a obtenção da independência e soberania. Velhos conflitos permaneceram e novos conflitos surgiram em vários níveis — interno, inter-regional e internacional. Entre as novas nações independentes do mundo árabe, algumas representavam velhas e contí-

nuas entidades históricas, com longa experiência de identidade separada — notadamente o Egito e o Marrocos. Outras eram criações novas, tanto como países quanto como regimes. A Arábia Saudita, embora formada pela conquista de vários grupos tribais e regionais, tinha pelo menos a vantagem da homogeneidade. Era inteiramente árabe, inteiramente muçulmana e, exceto pela província oriental, esmagadoramente sunita. A maioria dos recém-criados Estados carecia dessas vantagens e foi dilacerada por rivalidades e ódios internos. Às vezes, eles exploravam em conflito armado, variadamente descritos como rebelião, revolução ou guerra civil — sendo as diferenças entre elas de perspectiva e dimensões.

As mais persistentes e destrutivas entre elas foram as lutas no Líbano entre grupos rivais e, não raro, facções rivais dentro dos próprios grupos — religiosas e sectárias, étnicas e tribais, regionais e locais. Essas lutas foram complicadas e prolongadas pela intervenção de potências estrangeiras. Tais foram as guerras civis no Líbano em 1958, em 1975-6 e, com interrupções e tréguas instáveis, entre 1983 e 1991.

Outra região de conflitos persistentes era a zona sul da Arábia. Em 1962, um movimento revolucionário com apoio egípcio derrubou o governo tradicional do imã e substituiu-o por uma república. A luta resultante, entre forças externas — sauditas e egípcias — e entre facções rivais que defendiam a causa real ou a republicana, durou muitos anos. O Grande Iêmen Unido, formado em 1990 com a unificação dos territórios do antigo imanato e as velhas possessões britânicas com sede em Aden, passou mais uma vez pelas convulsões de uma sangrenta guerra civil entre o norte e o sul em 1994. Os iemenitas envolveram-se também no longo conflito em Dhofar que, em 1965 e 1975, tentou separar-se do Sultanato de Omã, do qual era parte. A rebelião de Dhofar foi finalmente reprimida com ajuda de uma força expedicionária iraniana enviada pelo xá. Essa rebelião secessionista adquiriu uma importância mais do que local com o envolvimento do Iêmen do Sul, que era nessa ocasião um Estado marxista alinhado com a União Soviética.

Mas houve muitos outros países do Oriente Médio onde o governo usou de força para reprimir minorias ou províncias dissidentes. A Turquia e o Iraque tiveram que enfrentar a insatisfação e, às vezes, a insurreição de suas minorias curdas. O Iraque recorreu também à ação militar contra a população xiita — na verdade, maioria no país como um todo — nas regiões central e meridional. No Sudão, o norte muçulmano de fala árabe travou guerras frequentes com os africanos não-árabes, não muçulmanos, ao sul. Na Jordânia, divergências entre a liderança palestina e o Sistema real jordaniano chegaram a furo em setembro de 1970, quando a Organização para a Libertação da Palestina desafiou abertamente a autoridade do Estado e sofreu uma sangrenta derrota. Talvez a mais ameaçadora de todas foi a guerra civil na Argélia, em princípios da década de 1990, quando um poderoso movimento fundamentalista e lideranças islâmicas questionaram a legitimidade e desafiaram a autoridade do governo argelino.

Um dos princípios básicos da Liga Árabe era que nenhum Estado árabe poderia pegar em armas contra outro para resolver litígios. Houve numerosas disputas

entre eles. Às vezes, um Estado reclamava todo o território do vizinho, visto como parte do solo nacional que fora desligado e separado pela intervenção imperialista. Tais foram, principalmente, a reivindicação marroquina à Mauritânia, a egípcia ao Sudão, a síria ao Líbano e a iraquiana ao Kuwait. Os egípcios renunciaram em 1953 à reivindicação ao Sudão e lhe reconheceram a soberania separada. Os marroquinos reconheceram a Mauritânia em 1970. Em novembro de 1994, o governo do Iraque foi induzido a reconhecer a soberania e a integridade do Kuwait — renúncia essa conseguida apenas após uma longa e violenta luta.

A reivindicação iraquiana assumiu duas formas — às vezes, de uma retificação de fronteira e, em outras ocasiões, de todo o território kuwaitiano. Um movimento ameaçador do Iraque em 1961 foi prontamente respondido pelo envio de tropas britânicas ao Kuwait. Essa medida deteve no momento o avanço iraquiano, mas não pôs um ponto final na reivindicação. A reivindicação síria ao Líbano e, mais remotamente, a todas as terras do antigo mandato da Palestina, permanece ainda sem solução. Houve alguns pequenos choques e escaramuças fronteiriças — entre o Marrocos e a Argélia em 1963, entre a Líbia e o Chad em 1980, e mais uma vez em 1986-7, e alguns outros, mas tiveram importância puramente local e pouco ou nenhum efeito produziram sobre o modelo geral de desenvolvimento. A primeira grande violação do princípio normativo da Liga Árabe ocorreu em 1990, com a invasão, ocupação e anexação do Estado soberano do Kuwait pelo Iraque. Começando como um conflito entre árabes, a situação transformou-se rapidamente em uma grande crise internacional.

Às vezes, no desejo de implementar o ideal do pan-islamismo, tentativas foram feitas para combinar Estados árabes previamente soberanos em alguma forma de associação direta, mas voluntária. O mais notável deles foi a República Árabe Unida, criada pela fusão do Egito e Síria em 1958. Após alguns anos de contrafeita coabitação, a Síria deixou a RAU e voltou à existência separada em 1961. Várias outras tentativas, a maioria iniciada pelo governo da Líbia, redundaram em fracasso.

Os Estados árabes pós-imperiais, que com poucas exceções tiveram origem externa e são de caráter artificial, ainda assim revelaram uma persistência notável — e bem-sucedida — em preservar sua independência e integridade territorial. A despeito de numerosas tentativas em ambas as direções, nenhum Estado árabe foi desmembrado e nunca dois deles — com a duvidosa exceção do Iêmen — conseguiram se fundir em um único.

Entre todas as guerras iniciadas e travadas na região em tempos recentes, duas foram especialmente sangrentas, rancorosas e demoradas: a série de guerras curtas entre Israel e os Estados árabes, iniciadas em 1948, e que podem ter terminado em 1994, e a longa guerra entre o Iraque e o Irã de 1980 a 1988.

As guerras árabe-israelenses tiveram origem em fatos acontecidos muito antes da fundação do Estado de Israel, quando a liderança árabe na Palestina se esforçava para deter e reverter a construção do lar nacional judeu no país. Essa luta começou quando a Palestina, ainda não conhecida por esse nome entre seus habitantes, fazia ainda parte do Império otomano. A luta tornou-se mais violenta

após o estabelecimento do mandato britânico, cujos termos incorporavam o reconhecimento formal do princípio de um lar nacional para os judeus na Palestina. E atingiu proporções de crise nas décadas de 1930 e 1940, com a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha e pela disseminação de suas idéias e métodos, pela força ou não, em muitos outros países. A entronização do anti-semitismo militante no coração da Europa pareceu confirmar a análise sionista da tribulação dos judeus. As portas fechadas dos antigos países que recebiam imigrantes judeus, com suas economias dilaceradas pela depressão, deixaram a maré montante de refugiados judeus da Europa e, mais tarde, do Oriente Médio, sem um lugar para espalhar-se.

Em fins da guerra, em 1945, a vasta maioria dos judeus da Europa ocupada pelos alemães estava morta, e só continuavam vivos umas poucas centenas de milhares, principalmente nos chamados “campos de refugiados”. Os que haviam chegado da Europa ocidental voltaram para casa e se reintegraram sem maiores dificuldades. Os que eram originários da Europa central e oriental, de países que sofriram sublevações internas e invasão e ocupação estrangeira, enfrentaram maiores problemas. Com grande frequência, quanto tentavam voltar, eram recebidos com hostilidade e violência por seus antigos vizinhos. Muitos, por conseguinte, em vez de terem que suportar um novo ciclo de repressão e perseguição às mãos de relutantes compatriotas, preferiram correr os riscos da viagem para a Terra Prometida.

Para o governo britânico, lutando para escorar os pilares de um império que desabava e agudamente consciente do ressentimento em alta dos árabes da Palestina e de toda parte, a inesperada inundação de imigrantes judeus configurava um dilema intolerável. Durante quase dois anos, estivera fazendo um esforço contínuo — por meios diplomáticos nos países de origem e trânsito, mediante ação naval em alto-mar, em ação de polícia na Palestina sob mandato — para deter, desviar ou reverter a maré que subia. As atividades navais e policiais, no entanto, tinham eficácia limitada e, numa ocasião em que o mundo ocidental, ainda atordoado com as revelações do Holocausto nazista, simpatizava com os judeus, e o Bloco Soviético, por razões próprias, apoiava-os contra a Grã-Bretanha, o trabalho diplomático era inútil e mesmo contraproducente.

Entretantes, com o fim do domínio britânico na Índia, desaparecera o motivo principal para a Grã-Bretanha continuar no Oriente Médio e pouca razão parecia haver para que, debilitada e empobrecida no pós-guerra, seguisse uma política difícil, malsucedida e cada vez mais impopular no país e no exterior. No dia 2 de abril de 1947, o governo anunciou que ia devolver às Nações Unidas o mandato recebido da extinta Liga das Nações e que dele desistia. Alguns meses depois, era estabelecida a data de término do mandato e da retirada, no sábado, 15 de maio de 1948.

Os britânicos ainda permaneceram na Palestina por mais de um ano, embora, nesse momento, como governo de transição, com a responsabilidade de decidir o que aconteceria em seguida no antigo território do mandato, transferido para

as Nações Unidas. Após longas e complexas negociações, a Assembléia Geral votou, em 29 de novembro de 1947, uma resolução dividindo a Palestina em três entidades — um Estado judeu, um Estado árabe, e um *corpus separatum* sob jurisdição internacional na cidade de Jerusalém. A Assembléia Geral aprovou a resolução pela necessária maioria de dois terços, mas nenhuma providência tomou para sua execução ou cumprimento.

Houve outros, porém, que tomaram providências para impedi-la. No dia 17 de dezembro, o Conselho da Liga Árabe declarou que se oporia à projetada divisão, se necessário pela força. A liderança palestina reiniciou a resistência armada ao governo mandatário e ao lar nacional judeu. A liderança judaica na Palestina aceitou o plano da ONU. Uma vez que o mandato terminava no sábado (dia sagrado para os judeus), anteciparam-lhe o fim em algumas horas e, na sexta-feira, 14 de maio de 1948, anunciaram a fundação de um Estado, que denominaram de Israel, nos territórios designados no plano de partilha da ONU. A liderança palestina já estava em guerra havia algum tempo para impedir-lhe a fundação. Nesse momento, era reforçada pelos exércitos dos Estados vizinhos, com algum apoio de países árabes mais distantes.

A luta entre judeus e árabes na Palestina amainara durante os anos de guerra. Recomeçou em 1947 e continuou até o fim do mandato e depois. Os árabes palestinos eram ajudados por uma força voluntária da Síria, conhecida como Exército Árabe de Libertação. Com a criação do Estado de Israel — imediatamente reconhecido *de facto* pelos Estados Unidos da América e *de jure* pela União Soviética — e a intervenção armada dos Estados árabes vizinhos, o conflito assumiu dimensão internacional. A luta pela Palestina era nesse momento uma guerra entre Israel e os árabes.

Contra tantas desvantagens, parecia haver pouca chance de sobrevivência do novo Estado. Após algumas semanas de luta desesperada, no entanto, a situação mudou de forma extraordinária. Os israelenses, imprensados entre os inimigos e o mar, demonstraram uma força inesperada, enquanto a coalizão árabe era mal conduzida por excesso de confiança e debilitada por rivalidades dinásticas e nacionais.

Essa primeira guerra continuou durante vários meses, entremeada por frágeis tréguas sob os auspícios da ONU. Nessas fases consecutivas ocorreu uma mudança decisiva na situação militar. O Estado israelense resistiu ao primeiro ataque árabe e conseguiu não só manter mas estender seu território. O restante da Palestina era mantido pelas forças dos Estados vizinhos — os egípcios em Gaza e no que se tornou conhecido como "Faixa de Gaza", os jordanianos na margem ocidental do rio Jordão e a leste de Jerusalém, e os sírios em um pequeno enclave na praia leste do mar da Galiléia. Em janeiro-abril de 1949, acordos de armistício entre Israel e os Estados árabes vizinhos foram negociados e assinados na ilha de Rodas.

Durante décadas, esses termos permaneceram como os únicos instrumentos legais formais, reconhecidos por ambos os lados, que regulavam as relações entre os signatários. Os Estados árabes deixaram claro que a aceitação dos acordos de

armistício não constituía, em nenhum sentido, reconhecimento ou aceitação do Estado de Israel ou de suas fronteiras. O acordo com o Líbano confirmou a antiga fronteira internacional entre os dois lados; os acordos com o Egito, Jordânia e Síria reconheceram apenas as linhas de demarcação do armistício, deixando o traçado das fronteiras territoriais e políticas para "a solução final da questão palestina".¹

No curso da luta, vários árabes que residiam em áreas sob controle de Israel fugiram ou foram expulsos de seus lares e se tornaram refugiados nos países árabes vizinhos. A prova é contraditória, as alegações se chocam, mas parece provável que ambas as descrições sejam verdadeiras no tocante a diferentes locais. O número de refugiados foi estimado na época pela ONU em 726.000.

Entre as confusões e incertezas da guerra e diplomacia, nas agonias da luta e da expulsão, os refugiados palestinos partilharam do mesmo destino de milhões de outras vítimas de conflitos que fugiram ou foram expulsas de seus lares na Índia, Europa oriental e outras regiões, na sangrenta reformulação do mundo após a II Guerra Mundial. A posição dos refugiados, no entanto, era excepcional no sentido em que, ao contrário dos demais, nem foram repatriados nem reassentados, mas, sim, deixados ou mantidos em campos onde eles e seus descendentes permaneceram durante gerações como refugiados apátridas. A única exceção foi a Jordânia, onde o governo hashemita anexou formalmente os territórios que controlava a leste do rio e, mais tarde, ofereceu cidadania a todos os árabes palestinos. Mais ou menos na mesma época, Israel absorveu algumas centenas de milhares de judeus que fugiram ou foram expulsos dos países árabes. Numa época de intenso conflito árabe-judaico, a posição desses indivíduos se tornara insustentável.

A guerra de 1948-9 foi a primeira de uma série travada entre Israel e os vizinhos árabes, às vezes juntos, às vezes separados. A responsabilidade pelo irrompimento imediato dessas guerras pode ser igualmente dividida. As guerras de 1948 e 1973 foram negavelmente iniciadas por decisão dos governos árabes; as de 1956 e 1982, por Israel. A responsabilidade pela guerra de 1967 é mais difícil de definir. A medida que mais informações se tornam disponíveis sobre a seqüência de fatos que culminaram na abertura das hostilidades, afigura-se que os participantes assemelhavam-se a personagens de uma tragédia grega, na qual, nos vários estágios, os atores não tiveram outra opção, senão dar o passo seguinte no caminho para a guerra.

A mais espetacular dessas guerras foi sem dúvida a de 1967, quando, em seis dias, as forças armadas israelenses infligiram derrotas esmagadoras, em rápida sucessão, aos exércitos do Egito, Jordânia e Síria e a uma força expedicionária do Iraque. Ao fim da guerra, Israel estava de posse não só de todo o território do mandato da Palestina a oeste do Jordão, mas também das colinas de Golan, tomadas da Síria, ao norte, e da península do Sinai, conquistada do Egito, ao sul. As fronteiras militares de Israel se encontravam nesse momento no canal de Suez, no rio Jordão e nas colinas de Golan, situadas a 45km de Damasco. A península de Sinai permaneceu em mãos israelenses até que, em 1979, o país assinou um acordo de paz com o Egito — o primeiro com qualquer país árabe —, nos termos

do qual a paz e relações diplomáticas normais foram estabelecidas entre os dois Estados. As forças de Israel retiraram-se, em etapas previamente acordadas, para a velha fronteira internacional entre o mandato da Palestina e o reino do Egito. Em outubro de 1994, o segundo acordo de paz com um país árabe foi assinado entre Israel e Jordânia. Negociações com finalidade aparentemente semelhante já começaram entre Israel e a Síria.

A ampliação do domínio israelense à margem ocidental do Jordão e à Faixa de Gaza acrescentou uma nova dimensão ao litígio: o envolvimento ativo da liderança palestina. Entre 1949 e 1967, a Liga Árabe e, em particular, os Estados árabes que ocupavam partes da Palestina, alegavam falar pelos palestinos e desestimulavam — e às vezes impediam — qualquer participação ativa de palestinos no processo político. A derrota total desses Estados em 1967 desmentiu essas alegações e conferiu nova importância à Organização para a Libertação da Palestina, fundada três anos antes e que fora até então principalmente um instrumento de política entre os árabes. Nesse momento, a Organização se investia em um papel inteiramente novo, e, à medida que guerrilheiros atacantes substituíam os soldados que se retiravam, de símbolo da oposição árabe a Israel rapidamente se transformou em um jogador de peso no cenário internacional. Durante 25 anos, a OLP travou uma luta variadamente descrita, de perspectivas diferentes, como resistência, guerrilha, guerra e terrorismo. A OLP teve como primeira base a Jordânia até que, em 1970, um choque com o governo realjordânico forçou-a a partir para o Líbano. Nesse país, as circunstâncias da guerra civil e a debilitação da autoridade do governo central permitiram que estabelecesse um virtual "Estado-dentro-do-Estado", sob seu controle. Essa fase terminou em 1982, quando forças israelenses entraram no Líbano e conseguiram a expulsão da OLP. A liderança e sede da organização transferiram-se, em vista disso, para a Tunísia, onde permaneceram até 1994.

Nesta fase final, a luta da OLP contra Israel mudou de caráter. Até então suas ações haviam consistido principalmente de ataques a alvos israelenses no país e no exterior, tendo a publicidade como objetivo número um. Em fins da década de 1980 e princípios desta década, a luta transferiu-se para os territórios ocupados, iniciando-se a nova fase de resistência e rebelião conhecida como Intifada. A Intifada era dirigida não contra alvos neutros no exterior, mas contra o pessoal e os instrumentos da ocupação no país, e não para atrair atenção. Finalmente, em 1993, a OLP e o governo de Israel decidiram se reconhecer mutuamente e iniciar negociações. Estas produziram eventualmente acordos provisórios para a transferência da autoridade, das forças policiais e militares israelenses para os palestinos, na Faixa de Gaza e na margem ocidental do Jordão.

Inevitavelmente, esses fatos foram afetados e, às vezes, determinados, pelo contexto internacional do conflito árabe-israelense. Em 1948-9, os Estados Unidos e a União Soviética deram apoio diplomático ao novo Estado de Israel. Nesses dias, Stalin ainda considerava a Grã-Bretanha, e não os Estados Unidos, como seu principal adversário mundial e via no novo Estado de Israel a melhor oportunidade de solapar a posição britânica no Oriente Médio. Na perseguição desse objeti-

vo, permitiu que a Tchecoslováquia, na ocasião Estado satélite soviético, fornecesse as armas que permitiram a Israel sobreviver à primeira guerra. Alguma ajuda militar chegou também de fontes privadas nos Estados Unidos, a despeito de um embargo oficial, em geral mantido, da venda de armas a todas as partes contendoras. Em 1956, quando a Grã-Bretanha e a França desembarcaram forças no Egito, ostensivamente para se interpor entre israelenses e egípcios, mas quase com certeza em acordo prévio com os israelenses, o governo dos Estados Unidos, seguido pelo da União Soviética, tomou uma atitude forte contra as três potências invasoras e, através de vários meios, obrigou-as a retirar-se do território egípcio.

Por essa época, mudara radicalmente a situação estratégica. Nos anos que se seguiram imediatamente à guerra, os soviéticos aplicaram pressão principalmente contra os denominados Estados da Camada Norte, a Turquia e o Irã. Resistindo às pressões e aos afagos do governo soviético, esses países pediram ajuda aos Estados Unidos, que se envolveram cada vez mais nos assuntos do Oriente Médio, inicialmente na tentativa de escorar a desmoronante posição britânica e, em seguida, ao compreender que esse objetivo era inatingível, no esforço para criar um sistema de defesa na região contra um possível ataque soviético. Em 1952, Grécia e Turquia foram aceitas como membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Em 1955, o governo do Iraque foi induzido a juntar-se à Turquia, Irã e Grã-Bretanha em uma nova aliança, que veio a ser conhecida como Pacto de Bagdá. Os Estados Unidos, na ocasião, preferiram a associação informal à filiação formal na aliança.

No caso, a tentativa de incluir um país árabe em uma aliança patrocinada pelo Ocidente foi contraproducente. Turquia e Irã eram antigos Estados soberanos. Situados na fronteira sul da União Soviética, estavam agudamente conscientes, tanto por experiências passadas quanto por realidades correntes, da ameaça que vinha do norte. Os Estados árabes não tinham experiência semelhante e a história política recente dos mesmos consistira principalmente de tentativas para se livrarem do jugo ocidental e, em seguida, de envolvimento com potências ocidentais. No Iraque, a inclusão do país no Pacto de Bagdá foi interpretada como um passo retrógrado, que restabelecia a dominação ocidental; em outros países árabes, especialmente no Egito sob novo regime republicano, foi visto como uma tentativa ocidental de mudar o equilíbrio de poder regional contra o país. Quando, em meados da década de 1950, a União Soviética, passou por cima dos Estados da Camada Norte, estabeleceu estreitas relações com o Egito e outros Estados árabes, foi recebida em geral de braços abertos e, rapidamente, conseguiu estabelecer posições de força e influência — até o ponto de convencer governos árabes a assinar tratados e lhe conceder bases militares.

Um elemento importante na política soviética a partir de meados da década de 1950 e, mais fortemente, nas de 1960 e 1970, foi seu apoio à causa árabe e contra Israel: diplomaticamente, na ONU e em outros foros internacionais; militarmente, pelo fornecimento de armas sofisticadas e apoio técnico e logístico aos exércitos árabes. Essa atitude levou os Estados Unidos a iniciar um relacionamento estratégico novo e mais estreito com Israel, do qual tornou-se a

principal fonte de apoio diplomático, estratégico e, com o tempo, também financeiro.

Esses fatos transformaram o conflito árabe-israelense em uma das seqüelas principais da Guerra Fria. No Oriente Médio como em alguns outros problemas, o envolvimento das superpotências ao lado de seus vários *protégés* serviu para conter crises e limitar-lhes os efeitos, mas também, simultaneamente, para impedir qualquer progresso real para uma solução. Para o processo de paz no Oriente Médio, como aliás para processos paralelos em outras partes do mundo, o fim da Guerra Fria era um pré-requisito essencial.

Entre todas as guerras entre os Estados e povos do Oriente Médio, o conflito árabe-israelense foi o que atraiu mais atenção no mundo exterior, em parte por causa do envolvimento direto de superpotências rivais e, até certo ponto, por causa de interesses e preocupações apenas vagamente relacionados com os problemas e méritos do caso. Esses interesses impediram uma solução clara do conflito com a vitória de um ou de outro lado. A luta, portanto, consistia, na realidade, de uma série de guerras curtas e violentas, terminadas com intervenções internacionais e com vitórias, na melhor das hipóteses, táticas, jamais estratégicas. O resultado não intencional foi que, ao tratar dessa questão, o papel assumido pelas agências internacionais não teve o caráter de solução, mas de manutenção do conflito.

Já muito diferente foi a reação à luta entre o Iraque e o Irã, de 1980 a 1988. Ao contrário de árabes e israelenses, nenhum dos dois lados pôde despertar forte apoio internacional — no mínimo, aconteceu o contrário, uma vez que ambos os regimes haviam provocado forte antagonismo no mundo exterior. Nenhuma das potências nem organismos internacionais pareciam dispostos a fazer qualquer grande esforço ou assumir qualquer grande risco para acabar com a luta. O resultado foi um conflito que durou mais do que a II Guerra Mundial e que, no tributo que cobrou em morte e destruição, excedeu em muito todas as guerras árabe-israelenses juntas.

As questões eram também mais complexas. As do conflito árabe-israelense eram basicamente claras e simples. E abrangeram, consecutivamente, três questões. Deveria Israel existir e, se assim, onde deviam ser traçadas suas fronteiras e quem deveria governar no outro lado das mesmas? A guerra Irã-Iraque teve muitos aspectos diferentes. Podia ser, e foi, apresentada em termos pessoais, como um confronto entre dois líderes carismáticos, Khomeini e Saddam Hussein; em termos étnicos, entre persas e árabes; em termos ideológicos, entre o revivalismo islâmico e o modernismo secular (Saddam Hussein, mais tarde, mudou de idéia neste ponto); em termos sectários, entre sunitas e xiitas; em termos econômicos, em luta para controle do petróleo da região; e mesmo em antigos termos de poder político, como uma briga por territórios e luta pela hegemonia regional. Um aspecto notável da luta foi a lealdade patriótica tanto de iranianos quanto de iraquianos a seus países e aos respectivos governos. A minoria árabe no sudoeste do Irã não cerrou fileiras em torno dos iraquianos; a população xiita do Iraque, com poucas exceções, pouca simpatia demonstrou pela revolução ou regime iranianos.

A salvo de pressões internas e internacionais, a salvo ainda — uma vez que ambos eram exportadores de petróleo — de limitações financeiras sérias, os dois lados conseguiram dar prosseguimento, durante oito anos, a uma guerra mutuamente destrutiva. No início, os iranianos pareceram levar vantagem. Depois de deterem a ofensiva iraquiana inicial, conseguiram montar um poderoso contra-ataque e penetraram no território do inimigo. Os iraquianos, com grande apoio de serviços de espionagem e logístico dos Estados Unidos e ajuda financeira dos Estados árabes mais ricos, conseguiram, por seu turno, deter esse ataque e, no fim, o Irã foi obrigado a concordar com uma paz que deixou seus inimigos em uma situação ligeiramente melhor.

A quase vitória de Saddam Hussein sobre o Irã e a aquiescência do mundo exterior ao ataque que desfêchara tornaram-no mais ousado e levaram-no a iniciar uma nova guerra, com a invasão, ocupação e anexação do Kuwait em agosto de 1990.

Ao iniciar as duas guerras, Saddam Hussein fez cálculos políticos e militares, tanto corretos quanto incorretos. Ao atacar o Irã, calculou — corretamente — que nem potências regionais nem externas levantariam um dedo para apoiar um regime revolucionário que havia ultrajado e alarmado todas elas. Calculou também — erroneamente — que a invasão do Irã, em uma época de sublevação revolucionária, seria rápida e fácil. Na invasão do Kuwait dez anos depois, o equilíbrio de cálculo de erros e acertos inverteu-se. No cálculo de que a invasão e anexação do Kuwait seriam fáceis e rápidas, acertou. Na suposição política de que as potências regionais o apoiariam ou, pelo menos, concordariam, e que as potências externas não iniam além de algum protesto superficial e ineficaz, equivocou-se desastrosamente.

O erro nasceu da incapacidade de levar em conta a diferente configuração dos assuntos mundiais. No verão de 1990, tiveram início processos que, nos meses seguintes, levaram ao colapso da União Soviética e ao fim da Guerra Fria. Saddam Hussein não foi mais impedido de se meter em aventuras perigosas, como poderia ter acontecido no passado, pela cautela de uma superpotência protetora, e aproveitou plenamente a nova liberdade. Mas havia um preço. Como as seqüelas logo demonstraram, ele não podia mais convocar a superpotência que o patrocinava para protegê-lo de outra superpotência invocada por sua vítima na região.

Um novo modelo estava emergindo na região. Nesta nova configuração, potências externas não determinavam ou dirigiam mais o curso dos fatos, mas, sim, as políticas e ações dos governos da região é que provocavam ou ensejavam a intervenção de potências exteriores cada vez mais relutantes. A guerra pelo Kuwait em 1990-1 não foi, como tantas outras na região, inspirada ou prolongada por rivais externos. Teve caráter regional e constituiu, na verdade, um conflito inter-regional, no qual se envolveram potências externas, tendo à frente os Estados Unidos. A guerra e suas seqüências demonstraram que não uma, mas as duas superpotências estavam, na verdade, se retirando da batalha pelo Oriente Médio — uma carecendo da capacidade e, a outra, do desejo de representar um papel imperial no mesmo, mais modestamente, fornecer à região proteção policial contra seus cidadãos mais perigosos.

A

A derrota de Saddam Hussein por uma coalizão de forças regionais e internacionais foi rápida e fácil, em notável contraste com a guerra de oito anos entre o Iraque e o Irã. Mas, tendo expulso as forças iraquianas do Kuwait, os Estados Unidos e seus aliados contentaram-se em deixar as coisas como estavam, isto é, deixar Saddam Hussein e seu regime ainda no poder. Várias explicações, de plausibilidade variável, foram oferecidas para essa decisão, embora uma razão básica pareça muito clara. Na situação que prevalecia em 1991, **destruir o regime teria implicado instalar outro em seu lugar e isto, por seu lado, teria exigido um nível de patrocínio e proteção penigosamente reminescente dos mandatos e protetorados, tanto abertos quanto disfarçados, de tempos mais antigos.** Os Estados Unidos, houve quem dissesse na época, não tinham nenhum desejo de instalar um procônsul em Bagdá, nem os aliados árabes da América teriam aceito essa medida. **Em vez disso, resolveram deixar ao povo iraquiano — como era seu direito — a opção de conservar, mudar ou substituir o governo do país.** As implicações práticas dessa política foram vistas no período que se seguiu imediatamente ao cessar-fogo entre o Iraque e as forças da coalizão, quando Saddam Hussein passou à repressão implacável dos movimentos de oposição entre os curdos no norte, os xiitas no sul e elementos dissidentes de todas as origens no centro.

A lição foi clara. **Os Estados Unidos poderiam agir vigorosamente para defender seus próprios interesses básicos e os da comunidade internacional, com a definição desses interesses a ser determinada por um processo de tentativas e erros.** A parte disso, os governos e povos do Oriente Médio tinham plena liberdade. **O Oriente Médio era uma região mais livre, embora também mais perigosa.**

O fim da Guerra Fria e o colapso da disciplina bipolar que as duas superpotências, às vezes agindo em oposição, quando não de acordo, haviam conseguido impor, deu aos povos do Oriente Médio, como aos de outras regiões libertadas do controle e interferência externos, uma terrível opção. Eles poderiam, devagar e relutantemente, resolver suas disputas e viver pacificamente lado a lado, como acontecera em algumas partes do mundo; ou poderiam dar rédea livre a seus conflitos e ódios e cair em uma espiral descendente de luta, derramamento de sangue e sofrimento, como ocorrera em outros. E foi certamente a perspectiva dessa sanguinolenta descida para o caos, e a percepção de que havia forças — dentro, e não fora da região — que trabalhavam pela consecução desse fim, que impeliu o governo de Israel, a liderança da Organização para a Libertação da Palestina e certo número de governos árabes a iniciar negociações que, com ajuda externa e especialmente americana, pareceu estar levando a reconhecimento mútuo, a certo grau de tolerância recíproca e, em termos mais práticos, à transferência de territórios ocupados, do domínio israelense para o palestino.

Com o acordo para encerrar o domínio israelense nas áreas ocupadas, o último dos povos árabes, o palestino, pareceu prestes a realizar seu sonho de liberdade. Mas, entre os palestinos, como antes entre outros povos árabes, discutia-se uma questão diferente e cada vez mais urgente: após a extinção do domínio estrangeiro, que tipo de liberdade eles, de fato, desfrutariam? Para povos que vivem sob domínio estrangeiro, o primeiro objetivo — e, para muitos, o único — é acabar

com esse domínio. Mas ainda sob esse domínio, começou o debate sobre a natureza do regime que se seguiria à sua extinção. E que se tornou urgente e imediato logo que foi conquistada a independência. **Do que se fala? De que**

Britânicos e franceses haviam criado Estados à sua própria imagem. Os franceses estabeleceram repúblicas parlamentares; os britânicos, monarquias constitucionais. Após a partida de seus patrocinadores, quase todos eles desmoronaram ou foram abandonados e os povos da região começaram a procurar novos modelos.

Embora a ameaça política e estratégica ao Oriente Médio, postulada pelas potências do Eixo, tenha terminado com a derrota do Eixo, permaneceu e mesmo cresceu o impacto de suas idéias em movimentos nacionalistas e correlatos em ascensão. Esse novo padrão de pensamento e de organização social e política revestia-se de um duplo interesse — em primeiro lugar, porque era contrário ao Ocidente dominante e já era atraente só por essa razão; e, em segundo, porque as ideologias e estratégias sociais que estavam sendo oferecidas correspondiam de muitas maneiras, e mais de perto, às realidades e tradições da região. Em países de definição territorial ainda incerta e de identidade nacional em mutação, o nacionalismo étnico era muito mais compreensível do que o patriotismo. Análogamente, **ideologias radicais e autoritárias despertavam interesse muito maior do que idéias liberais e libertárias. Identidades e direitos comunitários e coletivos faziam muito mais sentido do que as formulações mais idealistas do Ocidente, que nesse momento, em especial, pareciam irrelevantes e inaplicáveis.** Essas influências foram e permanecem mais ativas na Síria e Iraque do que no Egito, que possui uma identidade nacional mais forte, uma tradição liberal mais antiga e uma experiência parlamentar mais extensa e efetiva.

O fracasso das forças combinadas para impedir o nascimento de Israel inspirou um profundo exame de consciência nos países árabes e, dentro de alguns anos, a substituição violenta de governantes e, às vezes, de regimes considerados como responsáveis pela situação. O primeiro regime a cair foi o da Síria, onde, em março de 1949, o coronel Husni Zaim, em um golpe incruento, extinguiu a ordem presidencial e parlamentar e iniciou uma série de *coups d'état*. O período de governo do exército terminou em 1954 com o restabelecimento de um regime parlamentar e a realização de eleições. A restauração, no entanto, durou pouco. Entre 1958 e 1961, a Síria fez parte da República Árabe Unida. Após a secessão, o país evoluiu rapidamente para a ditadura do partido Baath. Na Jordânia, o rei Abdallah, considerado responsável pela derrota árabe na Palestina e, pior ainda, por ter tentado fazer a paz com Israel, foi assassinado em 1951. A monarquia hashemita que, para muitos, na época, parecia o regime árabe mais frágil, manteve-se firme e o rei Abdallah, o criador e fundador do reino, foi sucedido pelo filho e pelo neto.

As mudanças mais notáveis ocorreram no Egito, onde, em 1952-4, em uma série de manobras, o rei Faruk foi deposto e exilado, abolida a monarquia e proclamada a república. O primeiro governante, general Muhammad Neguib, líder nominal da revolução, foi logo posto de lado e substituído pelo coronel Nasser, o

verdadeiro cabeça do grupo denominado “Oficiais Livres”, que planejara, organizara e executara a mudança de regime. O governo republicano perdeu gradualmente seu caráter militar. Mas permaneceu autoritário.

No devido tempo, outros Estados árabes foram afetados pela onda revolucionária. No Iraque, em 1958, a monarquia, desacreditada principalmente por causa de seu alinhamento com o Ocidente, desabou, substituída em seguida pelo primeiro de uma série de ditadores militares. Como acontecera na Síria, o governo militar foi eventualmente substituído por uma ditadura partidária sob o comando do Partido Baath. Embora compartilhando uma origem comum com o partido sírio dominante, os dois ramos do Baath eram inimigos irreconciliáveis.

Entre os países árabes limítrofes com Israel, só o Líbano, que não tomara parte importante nas ações militares em 1948 e que, só ele, reconheceu uma fronteira internacional com Israel no acordo de armistício em Rodes, conservou seu sistema parlamentar e democrático até que também foi derrubado em uma guerra civil, devida em grande parte à intervenção externa.

Entre os regimes árabes mais distantes, os dois lêmens no sul da Arábia, a Líbia e Argélia no norte da África, sucumbiram também às tomadas revolucionárias do poder. Em outros locais, no Marrocos e na península Arábica, mais distantes do conflito na Palestina, regimes tradicionais conseguiram sobreviver.

Nos países mais ativamente envolvidos no conflito, revoluções começaram e acabaram e regimes revolucionários se substituíam. Mas os problemas básicos que haviam levado um novo regime ao poder permaneciam sem solução — o problema imediato da presença da Israel no centro da região e, além disso, os dilemas torturantes criados pela sobrevivência e mesmo o florescimento de Israel, a despeito da hostilidade de todo o mundo árabe.

A sobrevivência inicial de Israel após meses de violenta luta poderia ser aceita — devidamente explicada como a vitória do desespero sobre o excesso de confiança. A explicação, no entanto, não era suficiente para as vitórias mais retumbantes e mais rápidas conseguidas sobre exércitos muito maiores e mais bem equipados nas guerras que se seguiram.

Para alguns, a fundação e o desenvolvimento de Israel representaram a continuação de atos agressivos do imperialismo ocidental contra os árabes e as terras islâmicas. Dessa perspectiva, Israel foi criado para servir como cabeça-de-ponte da influência, penetração e dominação ocidental; o sionismo era simplesmente a ferramenta do imperialismo e, Israel, o instrumento do poder ocidental. Mais tarde, numa busca desesperada de explicações, houve aqueles que, recorrendo aos temas e imagens do anti-semitismo europeu, descreveram os fatos nos mesmos termos dramáticos, mas com os papéis invertidos.

Outros, preocupados menos em identificar e condenar as iniquidades de estrangeiros do que em descobrir e remediar as falhas de suas próprias sociedades, apontaram as disparidades entre os dois lados — as realizações científicas e tecnológicas, as estruturas econômica e social, as liberdades políticas de Israel, em contraste com a situação em seus próprios países. Em tudo isso, Israel, a despeito da população predominantemente nascida na região, era visto como parte do

Ocidente — não apenas no grosseiro sentido de ser um instrumento do poder ocidental, mas no sentido mais profundo de ser parte da civilização ocidental. A questão do sucesso de Israel, por conseguinte, era parte do problema mais amplo que vinha ocupando a mente muçulmana durante séculos — o problema da riqueza e poder do Ocidente, em contraste com a relativa pobreza e impotência dos Estados e povos muçulmanos.

Houve muitas respostas para esse dilema. Para alguns, a causa básica das dificuldades era a desunião — a fragmentação do outrora grande mundo árabe em uma dezena de pequenos Estados brigões, incapazes de chegar a um acordo e que dissipavam as energias em rivalidades e conflitos estéreis. A solução que propunham era o pan-arabismo — o ideal de uma lealdade mais alta a uma nação maior, mais pura e mais nobre do que à frequentemente sórdida política paroquial dos vários Estados árabes. Esse ideal atingiu o auge nos dias da luta contra o controle imperial. E declinou em atração e força quando os Estados conseguiram independência efetiva e seus líderes relutaram cada vez mais em ceder a independência a um organismo maior. De qualquer modo, a história da Europa e, na verdade, do mundo ocidental em geral, fornecia robusta prova de que a desunião não era necessariamente um obstáculo ao progresso material e intelectual e que, em certas circunstâncias, podia até contribuir para ele.

Tornando-se os Estados em que foi dividida a região mais estáveis e mais permanentes, tanto no entender das classes políticas quanto nas realidades do dia-a-dia, governos e povos começaram a cuidar mais de problemas que podiam ser formulados e em soluções que podiam ser aplicadas dentro da estrutura da soberania nacional. À medida que a luta pela independência política recuava para um passado cada vez mais distante, a atenção focalizava-se cada vez mais nos problemas econômicos e, mais especificamente, na necessidade de rápido desenvolvimento. Só dessa maneira, pensava-se, poderiam esses países ocupar o lugar que lhes cabia no mundo de hoje e adquirir a força necessária para enfrentar seus inimigos modernos. A situação econômica estava se deteriorando na maioria deles, não apenas em termos relativos, em comparação com o Ocidente e com as economias em ascensão do Extremo Oriente, mas em termos absolutos, como demonstrava o padrão de vida em queda da população em rápido crescimento.

Durante longo tempo, as soluções para esses problemas foram encaradas quase exclusivamente em termos socialistas. Países em desenvolvimento, argumentava-se, e essa tese era amplamente aceita, não tinham tempo para esperar pelo progresso gradual e errático da economia de mercado; nem paciência para as convulsões e incertezas da democracia política. Só uma mão firme e planejamento central, isto é, um governo socialista autoritário, poderia promover o necessário desenvolvimento rápido. Tal enfoque foi, claro, imensamente estimulado pela influência e exemplo da União Soviética, a potência mais respeitada naquela época no Oriente Médio e no norte da África.

Em meados deste século, o socialismo já era popular entre numerosos intelectuais, mas não foram eles que o levaram ao poder nem o puseram em prática. O socialismo, tal como o liberalismo em uma geração anterior, foi imposto de cima

para baixo. No Egito, a decisão de aplicá-lo coube ao regime nasserista, nove anos depois de subir ao poder; em outros países, a regimes militares e nacionalistas de vários tipos, que compartilhavam da crença de que este era o único caminho rápido para o desenvolvimento econômico. Houve várias modalidades de socialistas — alguns deles mais ou menos marxistas, mais ou menos em estilo soviético, e outros, como o denominado “socialismo árabe”, considerado como mais humanitário, menos rígido e mais adaptado às condições locais.

Em princípios da década de 1990, tornou-se claro que o socialismo árabe e marxista haviam fracassado e que reformas frequentemente mal-orientadas e ineptas haviam mais impedido do que promovido o desenvolvimento econômico que os governos haviam prometido tão convincentemente e que o povo tão ardentemente esperava.

Em um único aspecto, as políticas econômicas tiveram sucesso — em servir de base a uma série de ditaduras implacáveis, de alto a baixo, nas quais a decência da ordem islâmica tradicional e as liberdades da nova ordem ocidental foram solapadas e destruídas. Em seu lugar, nos denominados países socialistas, a nova ordem política consistia de uma faixa de ditaduras totalitárias copiadas — às vezes com orientação especializada importada — do que de pior havia nos modelos da Europa central e oriental.

A despeito do fracasso das políticas econômicas, o período foi de mudança econômica muito rápida e, talvez, de transformação social e cultural. Politicamente, a influência ocidental reduziu-se ao mínimo, embora, em todos os demais aspectos, crescesse na mesma proporção.

Os mais visíveis, mais gerais e menos reconhecidos aspectos da influência ocidental ocorreram no reino dos bens materiais — na infra-estrutura, nos confortos e nos serviços do Estado, e nas cidades modernas —, iniciados em sua maioria pelos antigos governantes europeus e pelas concessionárias. Neste particular não havia, claramente, o desejo de reverter ou mesmo desviar os processos de modernização. Nem, na verdade, coisas tais como aviões e automóveis, telefones e aparelhos de televisão, tanques e artilharia, eram consideradas como ocidentais ou como relacionadas com as filosofias ocidentais que lhes precederam ou facilitaram a invenção.

Mais notável ainda, até Estados reconhecidamente antiocidentais conservaram o aparato político de Constituições e assembleias legislativas. A República Islâmica do Irã alega estar restabelecendo o autêntico governo islâmico, mas o faz sob a forma de uma Constituição escrita e um Parlamento eleito — nenhum dos dois com precedentes na doutrina ou história islâmica.

Talvez a mais poderosa e persistente das idéias políticas ocidentais na região tenha sido a da revolução. A história do Oriente Médio islâmico, como aliás a de outras sociedades, oferece numerosos exemplos de derrubada de governos por rebelião ou conspiração. Há também uma velha tradição islâmica de desafio à ordem social e política por líderes que acreditavam que tinham o dever sagrado de destronar a tirania e, em seu lugar, instalar a justiça. A lei e a tradição islâmica estabelecem os limites da obediência devida ao governante e discutem — ainda

que com grande cautela — as circunstâncias em que o governante perde direito à fidelidade de seus súditos e pode, ou melhor, deve ser legitimamente deposto ou substituído.

A idéia de revolução, da forma desenvolvida na Holanda no séc.XVI, na Inglaterra no séc.XVII, e na América e França no séc.XVIII, porém, era estranha e nova. As primeiras revoluções autoproclamadas no Oriente Médio foram a dos constitucionalistas no Irã em 1905, e a dos Jovens Turcos no Império otomano, em 1908. Desde então, houve muitas outras e, na última década deste século, uma clara maioria de Estados da região é governada por regimes instalados através de eliminação violenta de seus predecessores. Nos velhos tempos, isso era às vezes realizado pela luta nacionalista contra os senhores estrangeiros. Nos últimos tempos, foi realizada em geral por militares que depuseram os governantes em cujos exércitos serviam. Todos eles, com igual fervor, reivindicaram o título de “revolucionários” que, com o passar do tempo, tornou-se a alegação mais aceita à legitimidade dos governos do Oriente Médio.

Em pouquíssimos casos, a mudança de regime resultou de movimentos mais profundos da sociedade, com causas mais enraizadas e maiores consequências do que a simples substituição de indivíduos no mais alto escalão. Uma delas foi certamente a Revolução Islâmica de 1979 no Irã, que justifica comparação com as revoluções Francesa e, mais apropriadamente, Russa, em suas origens, modalidades e, quem sabe, também destino final.

Para o que der e vier — e desde o início houve idéias diferentes a esse respeito — o que aconteceu no Irã pode ser interpretado como uma revolução no sentido clássico: movimento de massa com ampla participação militar, que resultou em grande mudança no poder econômico e político e que iniciou ou, talvez, mais exatamente, deu continuidade a um processo de vasta transformação social.

No Irã sob os Pahlevi, como na França sob os Bourbons e na Rússia sob os Romanov, um grande processo de mudança já se iniciara e avançara até um ponto que requeria uma mudança no poder político, a fim de continuar seu curso. E na revolução iraniana, como aliás em outras, havia também a possibilidade de que acontecesse alguma coisa que desviasse, pervertesse ou mesmo anulasse o processo de mudança. Desde uma fase bem antiga, alguns iranianos, argumentando a partir de premissas diferentes e às vezes contrastantes, alegavam que isso já acontecera. E quando o regime revolucionário se refestelou no poder, um número cada vez maior de indivíduos veio a concordar com eles.

A revolução no Irã, ao contrário de movimentos anteriores designados por esse nome, foi denominada de islâmica. Seus líderes e inspiradores nada queriam com os modelos de Paris ou São Petersburgo e consideravam as ideologias da Europa, as de esquerda não menos que as de direita, como partes do inimigo infiel geral, contra o qual travavam luta. A sociedade deles era diferente, educada em escrituras e clássicos diferentes, moldada por memórias históricas diferentes. Os símbolos e lemas da revolução eram islâmicos porque só estes tinham o poder necessário para mobilizar as massas para a luta.

O islã, no entanto, forneceu mais do que símbolos e lemas. Da forma interpre-

tada pelos líderes e porta-vozes revolucionários, formulou os objetivos a serem alcançados e, não menos importante, definiu os inimigos a serem combatidos. Estes eram conhecidos na história, na lei e na tradição: o infiel no exterior, o apóstata no país. Para os revolucionários, claro, o apóstata significava todos os muçulmanos e, especialmente, os governantes muçulmanos, que não aceitavam sua interpretação do islã autêntico e que, como entendiam, estavam importando costumes estrangeiros e infiéis e, dessa maneira, subvertendo a comunidade do islã, a fé e a lei pela qual viviam. Em princípio, o objetivo da Revolução Islâmica no Irã, e eventualmente em outros países onde surgiram movimentos análogos, era varrer todos os acréscimos estranhos e infiéis que haviam sido impostos às terras e povos muçulmanos na era de dominação e influência dos estrangeiros e restabelecer a verdadeira e divinamente revelada ordem islâmica.

O exame da fé de ofício desses revolucionários, contudo, tanto no Irã quanto em outros países, revela que a rejeição do Ocidente é do que ele tinha a oferecer não foi, em absoluto, tão abrangente e indiscriminada como a propaganda poderia indicar e que, pelo menos, as importações das terras dos infiéis ainda são muito bem recebidas.

Algumas delas são óbvias. A Revolução Islâmica no Irã foi a primeira autenticamente moderna da era da eletrônica. Khomeini foi o primeiro líder carismático a enviar do exterior sua oratória a milhões de compatriotas em fitas cassetes; o primeiro líder exilado a instruir seus seguidores no país por telefone, graças ao sistema de discagem direta que o xá introduzira no país e à qual podia recorrer na França, mas não no Iraque, seu local anterior de exílio. Dispensa dizer que nas guerras que travaram, tanto formais quanto informais, os líderes revolucionários iranianos utilizaram da maneira mais completa possível todas as armas que o Ocidente e seus imitadores estavam dispostos a lhes vender. Naturalmente, armas como o fax, a Internet e as antenas parabólicas estão também à disposição dos que procuram derrubá-los.

Houve, porém, tragicamente, outro aspecto em que o regime revolucionário do Irã tomou empréstimos à Europa. Embora seus símbolos e alusões fossem islâmicos, e não europeus, seus modelos de estilo e método eram com frequência mais europeus do que islâmicos. O julgamento sumário e a execução de grandes números de inimigos ideologicamente definidos; o envio ao exílio de centenas de milhares de homens e mulheres; o confisco em grande escala de propriedades privadas; a mistura de repressão e subversão, de violência e doutrinação que acompanharam a consolidação do poder — tudo isso se devia muito mais aos exemplos de Robespierre e Stalin do que aos de Maomé e Ali. Esses métodos dificilmente poderiam ser denominados de islâmicos, embora fossem inteiramente revolucionários.

Tais como os franceses e russos em suas épocas, os revolucionários iranianos representavam para platéias não só internas, mas também internacionais e a revolução que instituíram exerceu um fascínio profundo sobre outros povos, em outros países dentro da mesma cultura, e no mesmo universo de discurso. A atração foi naturalmente mais forte entre as populações xiitas, como no sul do Líbano, e em alguns dos Estados do Golfo, e mais fraca entre seus vizinhos

imediatos sunitas. Durante algum tempo, teve grande força em grande parte do mundo muçulmano onde a seita xiita era virtualmente desconhecida. Neste, a divergência sectária pouca importância tinha. Khomeini podia ser visto não como um xiita ou um iraniano, mas como um líder revolucionário islâmico. Tal como os jovens radicais do Ocidente que, em seus dias, reagiram com um entusiasmo quase messiânico aos fatos ocorridos em Paris e São Petersburgo, o mesmo aconteceu com milhões de homens e mulheres, jovens e não tão jovens, em todo o mundo do islã que responderam ao apelo da revolução islâmica — com o mesmo transbordamento de emoção, o mesmo enobrecimento de coração, as mesmas esperanças ilimitadas, a mesma boa vontade em desculpar e tolerar todos os tipos de horrores e as mesmas perguntas nervosas sobre o futuro.

Foram difíceis para o Irã os anos que se seguiram. O povo sofreu muito com guerras externas, conflito e repressão interna e agravamento ininterrupto da crise econômica. Como em outras revoluções, ocorreram choques repetidos entre facções rivais, algumas vezes descritas como extremistas e moderadas; mais corretamente, tratavam-se de ideólogos e pragmáticos. Devido a essas e a outras mudanças, o ideal da revolução islâmica, estilo iraniano, perdeu parte de sua atração — mas não toda. Movimentos revolucionários derivados, inspirados ou simultâneos com a revolução no Irã surgiram em outros países muçulmanos, onde se tornaram pretendentes sérios e às vezes bem-sucedidos ao poder.

Todos esses regimes revolucionários, bem como as monarquias e regimes tradicionais sobreviventes, compartilhavam do mesmo desejo de preservar e utilizar o aparato político e os benefícios econômicos que a modernização lhes colocara nas mãos. O que causava ressentimento era o controle e exploração, por estrangeiros, da máquina econômica, e não a origem estrangeira da máquina.

Tais como os britânicos e franceses antes deles, soviéticos e americanos, em rivalidade no Oriente Médio, tentaram criar sociedades e políticas à sua própria imagem. Nenhuma dessas tarefas foi fácil e uma delas enfrentou grandes dificuldades. O patrocínio de um governo autoritário não apresentava problema, mas era assunto inteiramente diferente criar um regime socialista marxista em um país islâmico. E mais difícil ainda fundar uma democracia liberal. Mas, se democracias são mais difíceis de criar, são também mais difíceis de destruir. Este fato, a longo prazo, redundou em vantagem para as democracias, tanto dentro quanto fora da região, e em detrimento de seus inimigos autoritários.

No longo debate sobre a maneira como devia ser usada a independência duramente conquistada, e melhorada a sorte do povo, destacaram-se duas principais correntes ideológicas: islã e democracia. Ambas se apresentaram em muitas formas, variadas e competitivas. Numa ocasião em que haviam visivelmente fracassado todos os diferentes métodos importados que os muçulmanos haviam utilizado, copiado ou imitado, tinha grande força o argumento de que esses métodos provinham de costumes de estrangeiros e infiéis, e que nada haviam trazido, senão danos. O remédio para os muçulmanos era retornar à fé e à lei do islã, ser autenticamente eles mesmos, depurar o Estado e a sociedade de acréscimos estranhos e infiéis e criar uma ordem autenticamente islâmica.

O programa alternativo era a democracia — não as imitações baratas das democracias ocidentais, praticadas no período entre as guerras e manobradas apenas por pequenos grupos de magnatas que ocupavam o alto escalão, mas instituições livres, autênticas, em todos os níveis da vida pública, da aldeia à presidência. Nos casos em que fundamentalistas e democratas estavam na oposição, os primeiros gozavam de imensa vantagem. Nas mesquitas e santuários, dispunham de uma rede para encontros e comunicação que nenhum governo, por mais tirânico que seja, pode controlar inteiramente e com a qual nenhum outro grupo pode rivalizar. Em alguns casos, regimes tirânicos até facilitaram o caminho dos fundamentalistas, eliminando as oposições concorrentes ao poder. Só outro grupo na sociedade possuía a coesão, a estrutura e os meios para emprender ação independente, e este era o exército — o outro grande motor da mudança política na região. Em diferentes ocasiões e em diferentes lugares, o exército trabalhou para a democracia, como na Turquia, ou para o fundamentalismo, como no Sudão.

Os proponentes das soluções islâmica e democrática diferiam muito entre si e muitas variantes de ambas foram propostas. Para alguns, as duas idéias eram mutuamente exclusivas. Os chamados fundamentalistas islâmicos — minoria, mas ativa e importante entre os muçulmanos — nada queriam com democracia, exceto como uma passagem, só de ida, para o poder; os secularistas militantes entre os democratas pouco faziam para ocultar sua intenção de acabar, ou pelo menos reduzir, o papel tradicionalmente representado pelo islã na vida pública do Estado. A interação entre a tradição islâmica de um Estado baseado na fé e as idéias ocidentais de separação entre religião e governo, ao que tudo indica, continuará.

Para homens e para mulheres, o interlúdio de liberdade foi longo demais, e seus efeitos profundos demais, para que fosse esquecido. A despeito de numerosos reverses, a democracia de estilo europeu não está morta nas terras islâmicas e notam-se alguns sinais de revivescência. Em alguns países, sistemas parlamentares e constitucionais estão se tornando crescentemente eficazes. Em vários outros, passos foram dados, ainda que experimentais, para a liberalização não só econômica, mas também política.

Na vida cultural e social, a introdução e aceitação de costumes europeus foi muito profunda e persistiu em formas que até os mais militantes e radicais ou não perceberam ou estavam dispostos a tolerar. As primeiras a mudar foram as artes tradicionais. Já em fins do séc. XVIII, agonizavam as velhas tradições de iluminuras em livros e na decoração interior de prédios. No séc. XIX, foram substituídas nos países mais ocidentalizados pela nova arte e nova arquitetura, no início influenciadas e em seguida dominadas pelos modelos europeus. As velhas artes da iluminação e da caligrafia resistiram por algum tempo, mas os que a praticavam, com raras exceções, careciam de originalidade e prestígio. O lugar que ocupavam na auto-expressão artística da sociedade foi assumido por pintores de estilo europeu, que trabalhavam com óleo sobre tela. A arquitetura, igualmente, até mesmo a arquitetura de mesquitas, conformou-se no principal às idéias artísticas ociden-

tais, bem como às inevitáveis técnicas da mesma origem. Em certas ocasiões, houve tentativas de retorno aos padrões islâmicos tradicionais, mas que, com grande freqüência, tomaram a forma de um envergonhado neoclassicismo. Só em um aspecto foram preservadas as normas artísticas islâmicas e isso consistiu na lenta e relutante aceitação da escultura, vista como uma violação da proibição islâmica às imagens gravadas. Uma das principais queixas contra modernizadores seculares como Kemal Ataturk, na Turquia, e o xá, no Irã, foi o costume de ambos de instalar estátuas suas em locais públicos. Esse costume era considerado como não mais do que idolatria pagã.

A ocidentalização da arte encontrou paralelo na literatura, embora em ritmo mais lento e em data posterior. De meados do séc. XIX em diante, as formas literárias tradicionais foram negligenciadas, exceto entre círculos retrógrados e de impacto limitado. No lugar delas surgiram novas formas e idéias procedentes do Ocidente — o romance e o conto, substituindo a fábula e o apólogo tradicionais, o ensaio e o artigo de jornal, além de novas formas e temas que transformaram a poesia moderna entre todos os povos da região. Até mesmo a língua em que é escrita a literatura moderna foi, em todos os países da região, extensa e irreversivelmente mudada sob a influência do discurso ocidental.

A mudança é menos notada na música, onde o impacto da música erudita europeia continua a ser relativamente pequeno. Na Turquia, onde a influência europeia tem sido mais longa e profunda, há artistas talentosos, alguns deles com reputação internacional, e compositores que trabalham segundo o estilo ocidental. Istambul e Ancara figuram agora no circuito internacional de concertos, como também, claro, as principais cidades de Israel, que é na verdade um componente cultural do Ocidente. Nesses locais, há platéias suficientemente numerosas e fiéis para tornar financeiramente compensadoras as visitas de virtuosos. Em outros locais do Oriente Médio, são ainda relativamente poucos os que compõem, executam ou mesmo escutam música ocidental. A música nos vários estilos tradicionais ainda está sendo composta e executada em alto nível e é aceita e apreciada pela vasta maioria da população. Ultimamente, tem havido algum interesse pelos tipos mais populares de música ocidental, embora seja geralmente limitado a grupos relativamente pequenos nas maiores cidades. A música é talvez a mais profunda e íntima expressão de uma cultura e é natural que seja a última a ceder à influência estrangeira.

Outro sinal visível da influência europeia é encontrado no vestuário. O fato de exércitos muçulmanos usarem equipamento e armas modernas poderia ser atribuído à necessidade, e há mesmo tradições antigas declarando que é legítimo imitar o inimigo infiel, a fim de derrotá-lo. A adoção de vestuário de infieis é outra questão e reveste-se de uma significação simultaneamente cultural, simbólica, e mesmo religiosa.

No séc. XIX, os otomanos, seguidos por outros Estados muçulmanos, adotaram uniformes de estilo europeu para oficiais e soldados e arreios europeus nos cavalos. Só o barrete permaneceu à salvo, e isto por uma boa razão. Mas após a revolução de Kemal Ataturk na Turquia, caiu até mesmo este último bastião do

conservantismo islâmico. O exército turco, juntamente com a população em geral, adotou quípis e chapéus europeus, e não foi preciso muito tempo para que fossem imitados pelos exércitos e, no fim, por muitos civis em quase todos os demais Estados muçulmanos.

A situação foi diferente no caso das mulheres. No séc. XIX e princípios deste século, a europeização do vestuário feminino foi mais lenta, mais tardia e mais limitada. Despertou forte resistência e afetou uma parte muito menor da população. Em muitos níveis da sociedade, onde o uso de roupas ocidentais pelos homens tornara-se comum, as mulheres ainda mantinham — ou eram obrigadas a manter — a vestimenta tradicional. Em meados deste século, contudo, um número cada vez maior de mulheres adotou o estilo ocidental de vestir — inicialmente entre as classes ociosas modernizantes e, em seguida e cada vez mais, entre estudantes e mulheres que trabalhavam fora. Uma das mais notáveis consequências do revivalismo islâmico tem sido a reversão dessa tendência e a volta, muito mais para as mulheres do que para os homens, ao vestuário tradicional.

Entre todas as mudanças atribuíveis ao exemplo ou influência do Ocidente, a mais profunda e de mais altas consequências foi sem dúvida a que aconteceu na situação das mulheres. A abolição da escravidão tornou ilegal o concubinato e, embora o costume continuasse durante algum tempo em áreas mais remotas, deixou de ser prática comum e aceita. Em alguns países, notadamente na Turquia e na Tunísia, e no Irã até a queda do xá, mas não depois, até a poligamia foi posta fora da lei e em muitos Estados muçulmanos, embora ainda legal, ficou sujeita a restrições jurídicas e de outra natureza. Entre as classes média e superior urbana, tornou-se socialmente inaceitável, e para as classes inferiores sempre fora economicamente impraticável.

Um fato de grande importância na emancipação das mulheres foi a necessidade econômica. As mulheres camponesas haviam, desde tempos imemoriais, feito parte da força de trabalho e, em consequência, tinham desfrutado certa liberdade social, negada às suas irmãs das cidades. A modernização trouxe a necessidade de trabalho feminino, que foi aumentada pela mobilização para a guerra moderna. Este fato tornou-se um fator de relevo no Império otomano durante a I Guerra Mundial, quando grande parte da população masculina prestava serviço às forças armadas. A participação econômica das mulheres e as mudanças econômicas dela resultantes continuaram no período entre as guerras e mesmo depois, e provocaram até algumas medidas legislativas que as beneficiaram. Estas, por sua vez, produziram certo efeito sobre a vida social e familiar. A educação das mulheres fez também progressos substanciais e, nas décadas de 1970 e 1980, muitas delas estudavam nas universidades. Começaram nas chamadas "profissões femininas", tais como enfermagem e magistério, tradicionais na Europa, e aos poucos se espalharam pelas terras do islã. Mais tarde, elas começaram a aparecer em outras faculdades e profissões liberais. Mesmo no Irã há mulheres médicas para pacientes femininas; e, ainda mais notável, há mulheres no Parlamento.

Contudo, a participação da mulher, mesmo nas profissões tradicionais, foi demais para alguns militantes. Khomeini mostrou-se irritado com a imoralidade

que, segundo ele, resultaria inevitavelmente do emprego de mulheres para ensinar a meninos.

A emancipação política das mulheres fez importantes progressos nos países onde funcionam regimes parlamentares. Essa liberação pouco importa nas ditaduras, que são controladas pelo exército ou pelo partido, ambos esmagadoramente masculinos. Ocidentais tendem a supor que a emancipação das mulheres faz parte da liberalização e que elas, em consequência, terão vida melhor sob regimes liberais do que em regimes autocráticos. Trata-se de pressuposto duvidoso e, não raro, errôneo. Entre os países árabes, a emancipação legal foi mais longe no Iraque e no antigo Iêmen do Sul, ambos governados por regimes notoriamente repressivos. Atrasou-se no Egito que, de muitas maneiras, figura entre as sociedades árabes mais abertas e tolerantes. E é nessas sociedades que a opinião pública, ainda majoritariamente masculina e conservadora, resiste à mudança. Os direitos das mulheres sofreram os reveses mais sérios em países onde os fundamentalistas têm influência, ou onde, como no Irã, governam. A emancipação feminina é uma das principais queixas dos fundamentalistas e sua reversão figura em um dos primeiros lugares no programa da seita.

Não obstante, é claro que ocorreram mudanças irreversíveis. Até os que lutam para restabelecer a Lei Santa em toda sua extensão não reintroduzirão, com toda probabilidade, o concubinato legal, nem há muita probabilidade da volta da poligamia entre as classes educadas das cidades do Oriente Médio. As influências e os governantes fundamentalistas mudaram de muitas maneiras o conteúdo e a maneira de educar as mulheres, mas não as devolveram — nem é provável que o façam — à condição anterior de ignorância em que viviam. E muito embora nas terras do islã, como aliás na Europa, haja mulheres que falam e trabalham contra sua própria emancipação, a tendência a longo prazo é claramente para maior liberdade. Nas terras islâmicas há hoje grande número de mulheres educadas, muitas vezes educadas no Ocidente. Elas já estão produzindo um impacto significativo, e a vida pública da região será enriquecida pelas contribuições da metade antes excluída da população.

Essas mudanças, e as transformações legais, sociais e culturais que as precederam, acompanharam e seguiram, provocaram reações radicalmente diferentes entre a população. Para muitas mulheres, trouxeram libertação e oportunidade; para muitos homens, abriram caminho para um mundo antes oculto. Em alguns locais, o impacto do Ocidente trouxe riqueza, freqüentemente além de tudo que se podia imaginar. A tecnologia e o estilo ocidental de fazer negócios introduziram novas maneiras de ganhar dinheiro e, a cultura de consumo ofereceu uma faixa mais larga e nova de opções para gastá-lo. Para muitos, e não apenas para os diretos e prejudicialmente afetados, os novos costumes foram simultaneamente um insulto e uma ameaça — um insulto a seu senso de decência e decoro e uma ameaça mortal ao mais acalentado de seus valores, a base religiosa da sociedade.

A modernização — ou, como muitos a interpretam, a ocidentalização — aumentou o desnível entre ricos e pobres. E tornou também o desnível mais visível e palpável. Na maioria das cidades fora da península Arábica, os ricos usam agora

roupas diferentes, comem alimentos diferentes e vivem de acordo com normas sociais diferentes da massa atrasada da população. E durante todo o tempo, graças aos meios de comunicação ocidentais, especialmente do cinema e da televisão, as massas despossuídas estão mais conscientes do que nunca da diferença entre elas e os ricos, e do que, especificamente, estão perdendo.

Em alguns países, a dor e o desconforto inevitáveis em um período de mudança rápida foram mitigados por governos prudentes e moderados. Na maioria, porém, foram agravados pela má administração econômica de regimes autocráticos. Houve problemas reais, sobretudo o rápido crescimento demográfico, que não se fizeram acompanhar de qualquer aumento correspondente dos recursos alimentares internos. Mas, muitas vezes, até os ativos consideráveis de que dispunham alguns países foram desperdiçados. Parte do problema pode ser atribuído ao alto custo dos aparatos de segurança e militar, necessários para manter a ordem no país e enfrentar ou deter inimigos externos potenciais. Esses custos, porém, não explicam tudo. O triste comentário de um argelino entrevistado por uma revista noticiosa francesa é típico: "A Argélia foi outrora o celeiro de Roma, e agora tem que importar trigo para fazer pão. Era uma terra de rebanhos e hortas, e agora importa carne e frutas. Era rica em petróleo e gás, e tem agora uma dívida externa de 25 bilhões de dólares e dois milhões de desempregados." Prosseguiu dizendo que isso era resultado de 30 anos de má administração.

A Argélia tem uma pequena receita produzida pelo petróleo e uma grande população. Outros países têm grandes receitas e pequenas populações, mas, ainda assim, conseguiram devastar suas economias e empobrecer seus povos. Na perspectiva a longo prazo, o petróleo talvez venha a ser uma bênção duvidosa para os países que o possuem. Politicamente, essas receitas fortaleceram governos autocráticos, ao libertá-los das pressões e limitações financeiras que, em outros países, induziram governos a aceitar medidas de democratização. Economicamente, a riqueza em petróleo produziu muitas vezes um desenvolvimento assimétrico e deixou esses países perigosamente expostos a fatores externos, como as flutuações do preço mundial do combustível, e mesmo, a longo prazo, a posição do próprio petróleo. Há outras fontes de petróleo além do Oriente Médio, há outras fontes de energia e ambas as possibilidades estão sendo ativamente estudadas em um mundo que se tornou desconfiado das pressões e incertezas do Oriente Médio.

Nesta última década do século, o Oriente Médio enfrenta duas grandes crises. A primeira, econômica e social: as dificuldades decorrentes da privação econômica e, ainda mais, a disparidade econômica e suas consequências sociais. A segunda é política e social — o desmoronamento do consenso, daquele conjunto de regras e princípios geralmente aceitos, sob os quais o corpo político trabalha e sem os quais a sociedade não consegue funcionar, mesmo sob governo autocrático. A derrocada da União Soviética exemplifica as consequências dessa perda de consenso e as dificuldades e perigos atinentes a criar novo consenso.

Nesse último período, tornou-se cada vez mais claro que, ao enfrentar esses problemas, os governos e povos do Oriente Médio estão quase que por completo entregues a si mesmos. **As potências externas não estão mais interessadas em**

dirigir, e ainda menos dominar, os assuntos da região. Muito ao contrário, demonstraram extrema relutância em se envolverem. Os países do mundo externo — isto é, da Europa, das Américas, e cada vez mais do Extremo Oriente — estão basicamente interessados em três coisas na região: um rico e crescente mercado para seus bens e serviços, uma grande fonte de suprimento de suas necessidades de energia, e, como meio necessário para garantir os dois primeiros, a manutenção de pelo menos algum grau de lei e ordem internacional.

As circunstâncias que poderiam provocar intervenção militar externa foram antecipadas pela invasão e anexação do Kuwait por Saddam Hussein e a consequente ameaça imediata à Arábia Saudita e aos Estados do Golfo. A ação iraquiana implicou uma dupla ameaça ao mundo externo: a primeira, que os recursos petrolíferos da região, isto é, uma parte considerável das reservas mundiais, cairiam sob o controle monopolista de um ditador agressivo; a segunda, que seria afetada toda a ordem internacional estabelecida depois da II Guerra Mundial. **A despeito dos muitos conflitos em muitos continentes, essa era a primeira vez em que um Estado-membro da ONU, no gozo de seus direitos, invadia simplesmente e anexava outro Estado-membro.** *! o que países internos se preocupam?*

Se tivesse sido permitido a Saddam Hussein um êxito em sua aventura, a ONU, já desprestigiada, teria seguido o caminho da defunta Liga das Nações em direção a uma merecida ignomínia, e o mundo teria pertencido aos violentos e implacáveis.

Não se permitiu que ele tivesse sucesso e um impressionante conjunto de forças, de dentro e fora da região, foi mobilizado para expulsá-lo do Kuwait. Mas — e esta é a indicação mais notável da nova era — ele foi expulso do Kuwait, não do Iraque, e pôde reiniciar seu estilo característico de governo e muitas de suas políticas no país. A mensagem foi clara. **Se os iraquianos quiserem uma nova e diferente forma de governo, eles mesmos têm que mudá-lo. Ninguém vai fazer isso por eles.**

Esta tem sido, em geral, a mensagem das potências externas nesta última década do século. **Essas potências, no máximo, agirão para defender seus próprios interesses, isto é, mercados e petróleo, e os interesses da comunidade internacional, isto é, um respeito decente pelas normas básicas da ONU.** Fora isso, os povos e governos do Oriente Médio, pela primeira vez em dois séculos, determinarão seu próprio destino. Poderão gerar novas potências regionais, talvez agindo de acordo, talvez rivalizando pela hegemonia regional. Poderão seguir o caminho da Jugoslávia e da Somália, caindo na fragmentação e no caos interno — e há movimentos e indivíduos na região que deixaram claro que preferem esse caminho a chegar a uma solução conciliatória, acreditando que seguem seus deveres religiosos ou direitos nacionais. Fatos ocorridos no Líbano durante a guerra civil poderão tornar-se facilmente o paradigma para toda a região. Os países podem se unir — talvez, como pregam alguns, para uma guerra santa, uma nova *jihad* que, mais uma vez como no passado, poderá provocar a reação de uma nova Cruzada. Ou podem se unir para a paz — entre si, com seus vizinhos e o mundo externo, usando e compartilhando com os demais não só seus recursos materiais, mas

também espirituais, na busca de uma vida mais completa, mais rica, mais livre. Por ora, o mundo externo parece disposto a deixá-los em paz e talvez até mesmo a ajudá-los a alcançá-la. Só eles — os povos e governos do Oriente-Médio — podem decidir se e como aproveitarão essa oportunidade, enquanto ela, em um intervalo da atribulada história moderna da região, permanecer viável.

NOTAS

INTRODUÇÃO

1. Katib Celebi, *Mizan al-Haqq* (Istambul, AH 1290), p.42-3. Tradução inglesa de G.L. Lewis, *The Balance of Truth* (Londres, 1957), p.56.
2. Abu Abdallah Muhammad b. Abd al-Wahhab, *Rihlat al-wazir fi iftikak al-asir*, org. A. Bustani (Tãnger, 1940), p.67.
3. *Takvim-i Vekai*, 1.ª Jornada 1247/14 de maio de 1832.
4. Mehmed Efendi, *Paris Sefaretnamesi*, org. Ebuzziya (Istambul, AH 1306), p.139-46.

CAPÍTULO 1 Antes do Cristianismo

1. Sabbath 33b. Para outra tradução, ver *The Babylonian Talmud: Seder Moed*, trad. de I. Epstein (Londres, 1930), vol.1, p.156.

CAPÍTULO 2 Antes do Islamismo

1. Ammianus Marcellinus, trad. de John C. Rolfe, vol. II, p.375, e vol.I, p.27, (Cambridge, Mass.: Loeb Classical Library, 1963).
2. Menandro, *Excerpta de legationibus*, org. C. de Boor (Berlim, 1903), vol.1, p.205-6. Tradução no *Cambridge Medieval History*, vol.IVa, p.479.

CAPÍTULO 3 Origens

1. Al-Masudi, *Muruj al-Dhahab*, org. Barbier de Meynard e Pavet de Courteille, rev. por Charles Pellat (Beirut, 1970), vol.3, p.76-7.
2. Ibn Qutayba, *Uyun al-Akbar*, org. Ahmad Zaki al-Adawi (Cairo, 1343-8/1925-30), vol.2, p.210. Tradução inglesa de Bernard Lewis, org. e trad., *Islam from the Prophet Muhammad to the Capture of Constantinople*, 2 (1974), p.273.
3. Al-Muqaddasi, *Descriptio Imperii Moslemici*, org. M. J. Goeje, 2ª ed. (Leiden, 1906), p.159.

CAPÍTULO 6 Conseqüências das Invasões Mongóis

1. Al-Suyuti, *Husn al-Muhadara* (Cairo, AH 1321), p.39.
2. Da forma citada por Colin Imber, *The Ottoman Empire 1300-1481* (Istambul, 1990), p.24.
3. *The Reign of the Sultan Orchan, Second King of the Turks, translated out of Hojah Effendi, an Eminent Turkish Historian*, by William Seaman (Londres, 1652), p.30-1.

CAPÍTULO 7 Os Impérios da Pólvora

1. Ibn Kemal, *Tevarih-i Ali Osman VII Dafter*, org. Serafettin Turan (Ankara, 1957), p.365.
2. Kemalshazade, *Mohaczneme*, org. M. Pavet de Courteille (Paris, 1859), p.97-109.